

PPA - PLANO PLURIANUAL 2004-2007

ES conta com R\$ 16,5 bilhões

Este é o valor a ser aplicado pelo Governo do Estado até o ano de 2007, em custeio e investimento; plano foi enviado ontem para a Assembléia Legislativa

DENISE ZANDONADI

O Governo do Estado planeja gastar nos próximos quatro anos R\$ 16,5 bilhões nas três esferas de poder, Executivo, Legislativo e Judiciário. A fatia maior do Orçamento de 2004 a 2007 é destinada ao Executivo, que ficará com R\$ 13,9 bilhões. Neste total, estão incluídos os gastos de custeio, investimento e pagamento das aposentadorias.

Os números foram apresentados ontem de manhã, pelo governador Paulo Hartung e o secretário de Planejamento, Guilherme Dias. Ontem mesmo o Plano Plurianual (PPA) foi encaminhado para a Assembléia Legislativa, onde deverá ser votado, possivelmente, até o final de setembro.

A pretensão do Governo é destinar 10% do Orçamento anual para investimentos, a partir do próximo ano, ou o equivalente a R\$ 347 milhões por ano. Entre as prioridades, estão reduzir a mortalidade infantil, aumentar em 50% o número de alunos no ensino médio, reduzir os índices de homicídio e recuperar 60% da malha rodoviária estadual. A partir de hoje, o jornal A GAZETA inicia uma série de reportagens sobre o PPA.

"Neste primeiro ano estamos colocando a casa em ordem, reconstruindo a máquina administrativa e pagando as dívidas de Governos anteriores. A partir de 2004, podemos começar a pensar em investir", explicou Hartung.

Para colocar em ordem o Go-

verno, Hartung disse que está sendo necessário "tirar os esqueletos do armário". Isto porque, neste primeiro ano, o objetivo é renegociar as dívidas, que totalizavam R\$ 1,2 bilhão no início do ano, incluindo R\$ 287 milhões de salários atrasados; reduzir despesas de custeio e renegociar os débitos com a União. "Depois disso,

poderemos deixar de olhar para nosso próprio umbigo para levantar a cabeça e olhar para frente".

Para chegar à receita de R\$ 16,5 bilhões para os próximos quatro anos, Hartung destacou que foram definidas outras práticas, como estimular o crescimento na arrecadação de ICMS, com a revogação de cerca de 200 regimes es-

peciais, e a venda dos royalties do petróleo para o Tesouro nacional, no valor de R\$ 300 milhões.

Para desenvolver o PPA, o Governo conta com receitas de caixa do Tesouro estadual, no valor de R\$ 10,5 bilhões; receita do Tesouro vinculada e outras fontes, R\$ 5,2 bilhões, e receitas orçamentárias no valor de R\$ 761,5 milhões.

"Nós não vamos trabalhar com possíveis aumentos na receita a partir da reforma tributária, por exemplo. Não podemos contar com o que ainda está sendo negociado no Congresso, como a divisão de 25% da arrecadação da Cide. Vamos contar com o que temos", ressaltou o governador.

Fundap

Hartung disse que prefere não "bater boca" sobre a reforma tributária "porque nós sabemos que muitas coisas ainda podem mudar. O que não podemos admitir é que o Espírito Santo tenha prejuízos em detrimento de outros Estados". Para ele, a extinção de incentivos, como o Fundap, pode ser adotada, desde que sejam extintos todos os incentivos do país.

Ele disse que o Governo está atento às propostas que estão surgindo na reforma. "Nós estamos acompanhando muito de perto toda a negociação", disse ele.

Planejamento

O secretário Guilherme Dias e o governador Paulo Hartung apresentaram ontem o PPA, que deverá ser votado em setembro na Assembléia



Gildo Loyola

Plano investe em todos os setores

Por ser um plano amplo de aplicação dos recursos para os próximos quatro anos, o PPA define medidas e práticas para todos os segmentos. Por exemplo, para atacar o problema da violência, o Estado pretende reestruturar e modernizar o sistema penitenciário com a construção de mais três presídios, dois na Região Metropolitana e um na Região Sul, além de reforma e ampliação dos estabelecimentos penais já existentes.

Segundo o secretário de Planejamento, Guilherme Dias, que coordenou a equi-

Estado mantém desigualdade social

De que adianta ter um bom índice de crescimento econômico se as estatísticas sociais são desfavoráveis? Um dos melhores PIB per capita do país adianta se o índice de ex-

real distribuição de renda. Ele divide o total do PIB do Estado, que é o de maior crescimento no país nos últimos anos, pelo total da população", diz Dias. De qualquer

pixaba piora no ranking nacional. O Espírito Santo está classificado em décimo lugar no Índice de Exclusão Social referente ao ano 2000. A violência é um dos principais fatores para o registro deste de-

digno (pobreza, emprego formal e desigualdade), conhecimento (alfabetização e escolaridade) e vulnerabilidade (juventude e violência). "O índice de homicídios no Estado é inexplicável. Registra-se

mento da criminalidade", afirmou Dias.

A redução da violência poderá levar o Estado a uma melhor situação no Índice de Exclusão, acredita ele. Mas, para isso, será preciso reaparelhar

De que adianta ter um bom índice de crescimento econômico se as estatísticas sociais são desfavoráveis? Um dos melhores PIB per capita do país adianta se o índice de exclusão social revela desigualdades regionais incompatíveis com o crescimento econômico? Esta é a realidade apresentada no documento "Espírito Santo: Referências Estratégicas", elaborado pelos técnicos da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão para embasar a definição do Plano Plurianual.

As desigualdades ficam bem claras quando se observa três índices de expressão nacional - IDH, Competitividade e PIB per capita. No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por exemplo, o Estado está em décimo lugar, mesma posição que ocupava em 1991, apesar de ter havido aumento na pontuação. O IDH é apurado com base na distribuição de renda, acesso à educação e aos serviços de saúde e expectativa de vida.

Outro índice apurado no documento é o de Competitividade, em que o Espírito Santo aparece em oitavo lugar. Este índice é apurado levando-se em conta 98 indicadores econômicos e sociais. De 2001 para 2002, houve uma queda de 130,9 para 125,9 no caso do Estado, mas, mesmo assim, o oitavo lugar foi mantido.

Isto mostra, segundo o secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, que os indicadores econômicos ajudam o Espírito Santo a obter posição melhor, já que na questão social o desempenho deixa a desejar.

PIB

Outro dado importante é o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Neste caso, houve uma melhora na posição dos capixabas, que saíram do oitavo lugar, em 1990, para o sexto lugar em 2000. Este desempenho merece melhor avaliação, segundo Dias, porque coloca o Estado numa situação melhor do que Minas Gerais, por exemplo.

"O PIB é um índice importante, mas ele não reflete a

real distribuição de renda. Ele divide o total do PIB do Estado, que é o de maior crescimento no país nos últimos anos, pelo total da população", diz Dias. De qualquer forma, registra o total da riqueza produzida aqui.

Quando a análise é feita tomando como base somente a questão social, a situação ca-

pixaba piora no ranking nacional. O Espírito Santo está classificado em décimo lugar no Índice de Exclusão Social referente ao ano 2000. A violência é um dos principais fatores para o registro deste desempenho.

A exclusão é analisada tomando como base três dimensões e sete índices: vida

digna (pobreza, emprego formal e desigualdade), conhecimento (alfabetização e escolaridade) e vulnerabilidade (juventude e violência). "O índice de homicídios no Estado é inexplicável. Registra-se de quatro a cinco homicídios por dia. Não há relação entre o crescimento econômico e o desenvolvimento com o au-

mento da criminalidade", afirmou Dias.

A redução da violência poderá levar o Estado a uma melhor situação no Índice de Exclusão, acredita ele. Mas, para isso, será preciso reaparelhar as polícias, melhorar o nível de emprego e tomar uma série de medidas, avaliou o secretário.

mentos, não só na Região Metropolitana e um na Região Sul, além de reforma e ampliação dos estabelecimentos penais já existentes.

Segundo o secretário de Planejamento, Guilherme Dias, que coordenou a equipe que elaborou o PPA, os planos englobam, também, medidas de encaminhamento de programas para estruturação e desenvolvimento de uma política estadual de combate às drogas. A integração dos órgãos que atuam nesta área é outra providência para reduzir o índice de criminalidade nos próximos quatro anos.

Já na área de infraestrutura, foi definido o Plano Rodoviário Estadual, que inclui a pavimentação e recuperação de 877,3 quilômetros de rodovias, de um total de 2,3 mil quilômetros existentes. Com isso, segundo Dias, espera-se dar mais condições de transporte da produção agrícola para os capixabas.

Ainda nesta área, há a meta de quadruplicar o atendimento atual na coleta e tratamento de esgoto nos municípios. Para conseguir isso, serão feitas parcerias com Governo federal, municípios, setor privado, Cesan e Banco Mundial, para obter recursos da ordem de R\$ 140 milhões. O objetivo é aumentar de 15% para 60% o atendimento de esgoto sanitário.

Agricultura

No setor agrícola, o Governo quer incentivar a agricultura familiar, que é uma característica da economia rural no Estado, segundo Dias. Para tornar a agricultura familiar mais competitiva, serão treinados 30 mil produtores por ano para dar mais condições de trabalho.

Conseguir levar energia elétrica para 100% das propriedades é outro ponto apontado no PPA. São 12 mil propriedades rurais que deverão ser beneficiadas.

Guilherme Dias disse que, para a área de saúde, o objetivo é levar o Programa Saúde da Família (PSF) para 70% das famílias capixabas. Hoje, 36% têm atendimento do programa, explicou ele.

Investimento e exclusão social

O Plano Plurianual do Espírito Santo prevê aplicação de R\$ 16,5 bilhões nos próximos quatro anos. Confira algumas prioridades



Saúde

- Reduzir mortalidade infantil para um dígito.
- Expandir a cobertura da estratégia da saúde da família para 70% da população.



Educação

- Aumentar em 50% o número de alunos no ensino médio.
- Diminuir em 30% os indicadores de analfabetismo.



Agricultura

- Atingir 100% da cobertura de eletrificação rural.
- Tornar o ES Área de Febre Aftosa sem Vacinação.
- Transformar o ES em pólo nacional diversificado de produção e processamento de frutas.



Segurança Pública

- Aprofundar a integração entre as instituições públicas federais, estaduais e municipais e a comunidade no combate à criminalidade.
- Apresentar resultados visíveis nas ações para desarticular o crime organizado, especialmente no que tange à corrupção, ao tráfico de entorpecentes e ao roubo de cargas.
- Reduzir os índices de homicídios do Estado.



Trabalho e Ação Social

- Criar uma rede capixaba de microcrédito que atenda a todos os municípios.

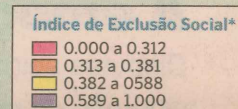
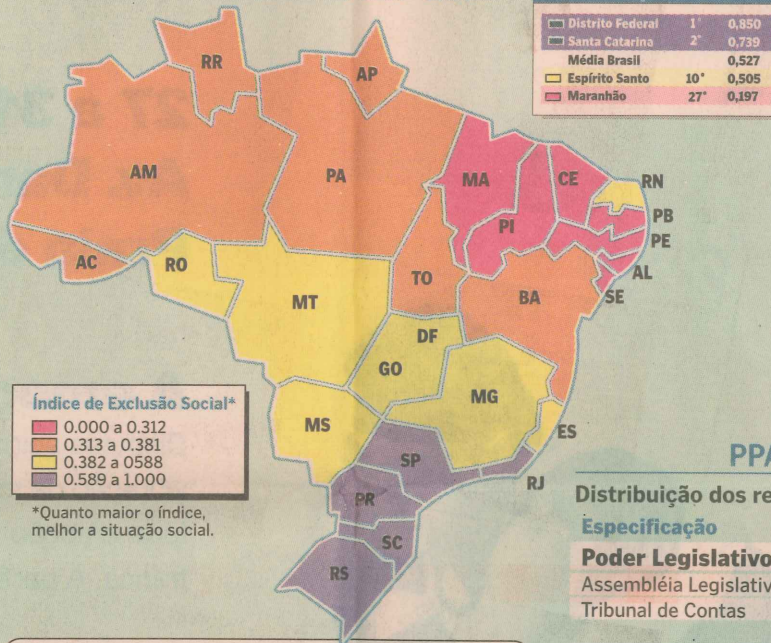


Infra-estrutura

- Reabilitar 60% da malha rodoviária estadual asfaltada.
- Quadruplicar o atendimento atual na coleta e tratamento de esgoto nos municípios.
- Atingir 100% de atendimento no fornecimento de água na região urbana.

O Espírito Santo é o 10º Estado do país em qualidade de vida, segundo pesquisa realizada pela USP, Unicamp e PUC de São Paulo.

Índice de Exclusão Social* 2000



*Quanto maior o índice, melhor a situação social.

Índice de Desenvolvimento Humano IDH dos Estados - 1991 e 2000

UF	2000		1991	
	IDH-M	RANKING	IDH-M	RANKING
Distrito Federal	0,844	1	0,798	1
São Paulo	0,814	2	0,773	2
Rio Grande do Sul	0,809	3	0,757	3
Santa Catarina	0,806	4	0,740	5
Rio de Janeiro	0,802	5	0,750	4
Paraná	0,786	6	0,719	6
Goias	0,770	7	0,707	9
Mato Grosso do Sul	0,769	8	0,712	7
Mato Grosso	0,767	9	0,696	12
Espírito Santo	0,767	10	0,698	10
Minas Gerais	0,766	11	0,698	11
Amapá	0,751	12	0,691	13
Roraima	0,749	13	0,710	8
Rondônia	0,729	14	0,655	16
Tocantins	0,721	15	0,635	17
Pará	0,720	16	0,663	15
Amazonas	0,717	17	0,668	14
Rio Grande do Norte	0,702	18	0,618	19
Ceará	0,699	19	0,597	23
Bahia	0,693	20	0,601	22
Acre	0,692	21	0,620	18
Pernambuco	0,692	22	0,614	20
Sergipe	0,687	23	0,607	21
Paraíba	0,678	24	0,584	25
Piauí	0,673	25	0,587	24
Maranhão	0,647	26	0,551	26
Alagoas	0,633	27	0,535	27

Fonte: Novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil - FJP - IPEA - PNUD

*O IDH considera renda, educação - alfabetização e frequência, e saúde - expectativa de vida

PPA

Distribuição dos recursos por poder

Especificação	Total Geral (R\$)
Poder Legislativo	627.070.745
Assembleia Legislativa	375.860.745
Tribunal de Contas	251.210.000

Poder Judiciário	1.486.890.625
-------------------------	----------------------

Ministério Público	486.000.000
---------------------------	--------------------

Poder Executivo	13.912.407.626
------------------------	-----------------------

Gestão	4.048.632.930
Agricultura	432.666.779
Desenv. e Turismo	223.743.838
Meio Ambiente	115.201.269
Infra-Estrutura	1.364.593.203
Educação	2.912.780.457
Saúde	1.981.996.985
Segurança	2.577.737.607
Social	191.312.414
Cultura	63.742.144

TOTAL GERAL	16.512.368.996
--------------------	-----------------------

Divisão dos recursos por área PPA 2004 - 2007

